Senado Federal

Comissão de Meio Ambiente

Audiência Pública para debater as medidas preventivas para evitar o aumento do desmatamento e queimadasb na Amazônia, Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica

Brasília, 09 de março de 2022

Expositor: João Paulo Ribeiro Capobianco, biólogo PhD Vice-presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS

Dez países com majores taxas de desmatamento entre 1990 e 2020

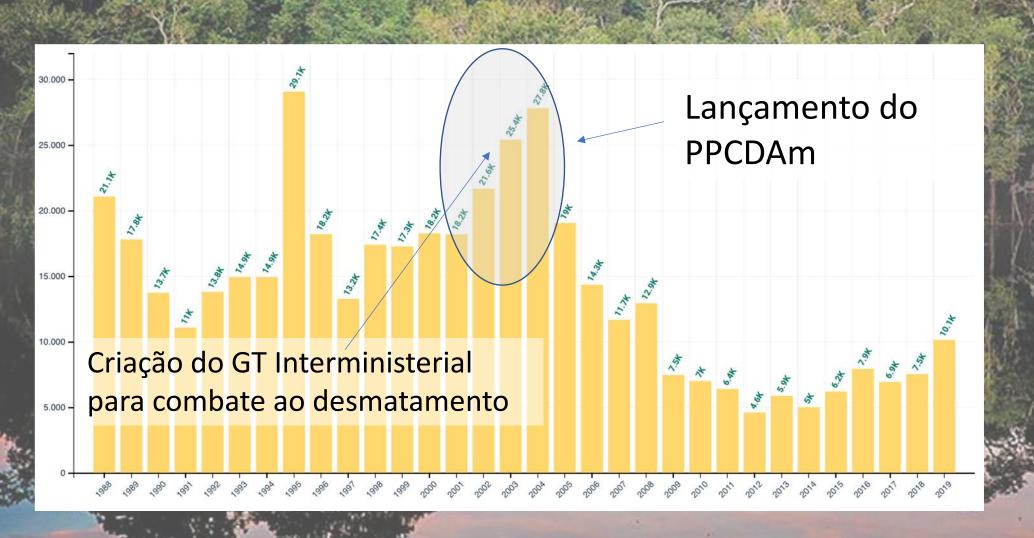
2000	1990 a 2000	
Posição	País	Desmatamento 1.000 ha/ano
1º	Brasil	2.890
20	Indonésia	1.914
3°	Sudão	589
40	Mianmar	435
5°	Nigéria	410
6°	Tanzânia	403
7°	México	354
80	Zimbábue	327
90	Rep. Dem. do Congo	311
10°	Argentina	293
	Total	7.926
100	Participação do	36,4%
20.5	Brasil	

2000 a 2010		
País	Desmatamento 1.000 ha/ano	
Brasil	2.642	
Austrália	562	
Indonésia	498	
Nigéria	410	
Tanzânia	403	
Zimbábue	327	
Rep. Dem. do Congo	311	
Mianmar	310	
Bolívia	290	
Venezuela	288	
	6.041	
	43,7%	

2010 a 2020		
País	Desmatamento 1.000 ha/ano	
Brasil	1.496	
Rep. Dem. do Congo	1.101	
Indonésia	753	
Angola	555	
Tanzânia	421	
Paraguai	347	
Mianmar	290	
Camboja	252	
Bolívia	225	
Moçambique	223	
	5.663	
	26,4%	

Fonte: FAO (2010) e FAO (2020). Elaborada pelo autor

O crescimento explosivo do desmatamento no início dos anos 2000



- Lançado em jun/2004
- Reuniu 13 ministérios sob a coordenação da Casa Civil
- Considerado a principal política pública de controle do desmatamento implementada na Amazônia

Eixos temáticos:

- Ordenamento Territorial e Fundiário
- Monitoramento e Controle Ambiental
- > Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis

Principais Resultados (2004-2008)

1. Ordenamento Territorial e Fundiário

- Criação de 25 milhões de hectares de UCs Federais;
- Criação de 37 milhões de hectares de UCs Estaduais;
- > 10 milhões de hectares em TIs homologadas;
- Cancelamento de mais de 60 mil Certificados de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) sem origem comprovada;
- Modificação dos procedimentos para inscrição no Cadastro de Imóvel Rural junto ao Incra.

Principais Resultados (2004-2008):

2. Monitoramento e Controle Ambiental

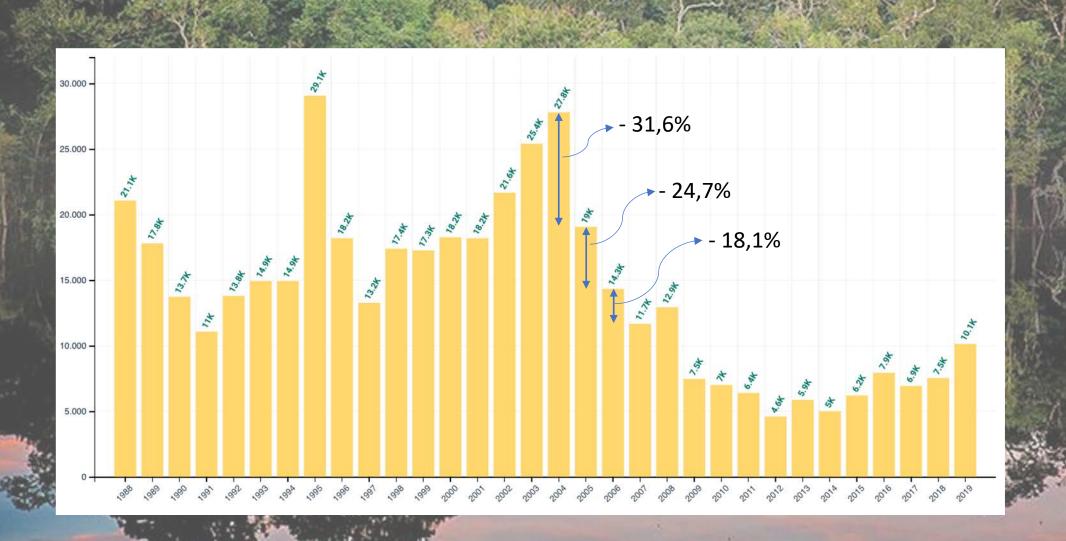
- Sistemas de monitoramento do desmatamento: aprimoramento do Prodes e criação do Deter e Detex;
- Fiscalização do IBAMA: concentração das operações em áreas prioritárias de fiscalização, ampliação do uso do embargo;
- Participação do Exército e Polícia Rodoviária Federal, resultando na apreensão expressiva de volumes de madeira em tora e de equipamentos;
- Participação intensa da Polícia Federal, com a prisão de mais de 659 pessoas, incluindo servidores públicos.

Principais Resultados (2004-2008):

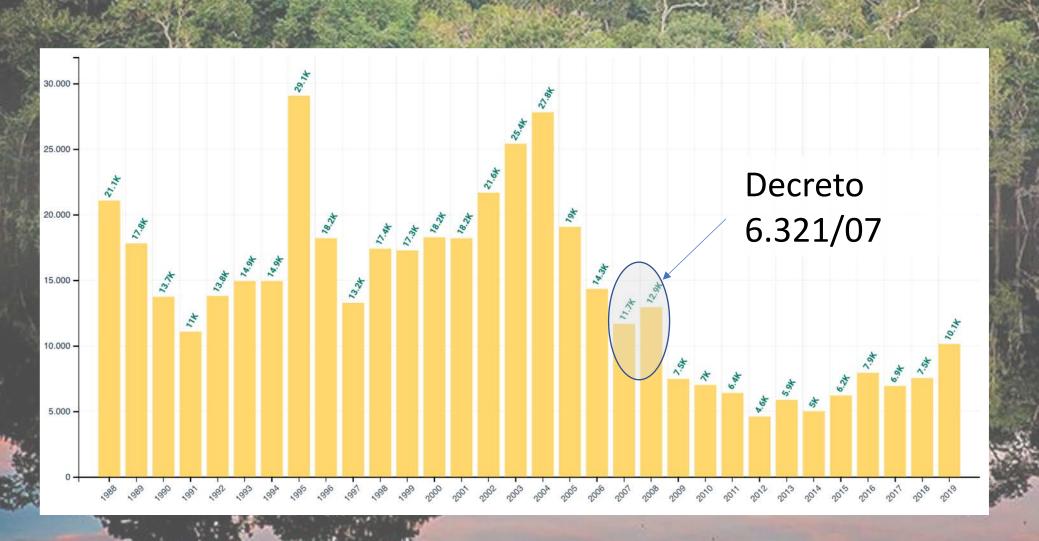
3. Fomento a Atividades Produtivas

- ➤ Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/06);
- > Implantação do Serviço Florestal Brasileiro;
- Criação do Distrito Florestal Sustentável da BR 163;
- > 1ª Licitação Pública de Concessão Florestal (Flona Jamari -RO);
- Lançamento da Operação Arco Verde.

Resultado expressivo da 1ª fase do PPCDAN 2004-2007



O crescimento atípico do desmatamento no final de 2007



O Governo Federal, preventivamente, adotou medidas voltadas a impedir o crescimento desenfreado da taxa do desmatamento:

Decreto 6.321/2007:

- > Ações em municípios prioritários:
 - Recadastramento fundiário;
 - •Limitação para novos desmatamentos acima de 5ha.
- > Embargo obrigatório das áreas ilegalmente desmatadas
- > Responsabilização compartilhada
- > Responsabilização da cadeia produtiva da agropecuária
- Critérios ambientais para concessão de crédito agropecuário

Resolução CMN/BACEN nº 3545/08:

✓ o crédito agrícola a partir de 1º de julho/08 passou a exigir regularidade ambiental e fundiária para os novos financiamentos (safra 2008/2009)



Resultado expressivo da 2ª fase do PPCDAIV 2009-2012

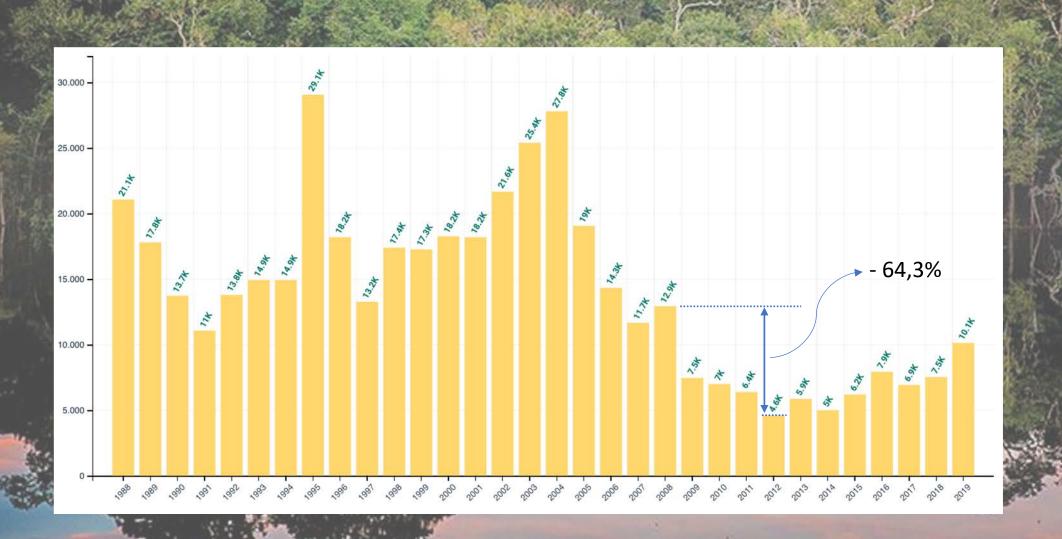
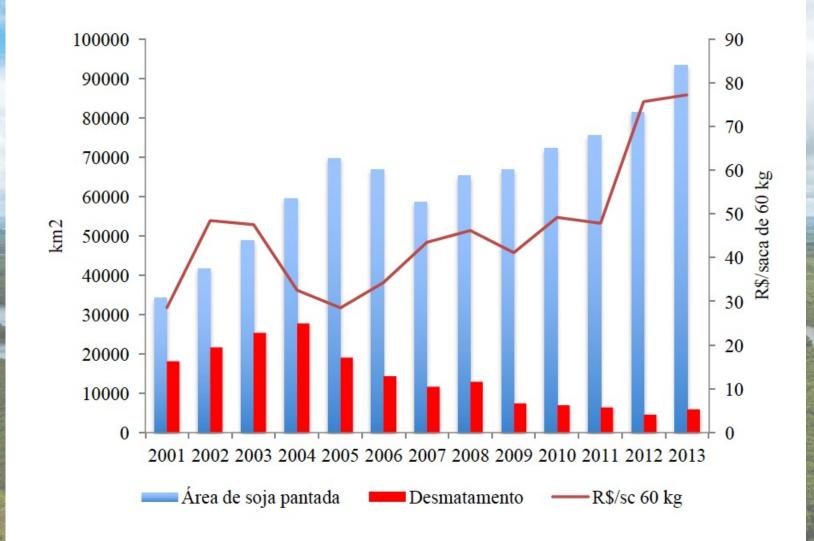


Figura 4 | Taxa anual de desmatamento na Amazônia no período de 1988 a 2014 (em km²) 30.000 Redução total do desmatamento entre 2004 e 2014 = 81,95% 25.000 -31,6% 20.000 -24,7% 15.000 **1**-18,1% -42,1% 10.000 5.000 2000 2006 2005 2010 2011 1996 2001 2002 2003 2004 2008 2007 1997 Fonte: Inpe (2020). Elaborada pelo autor.

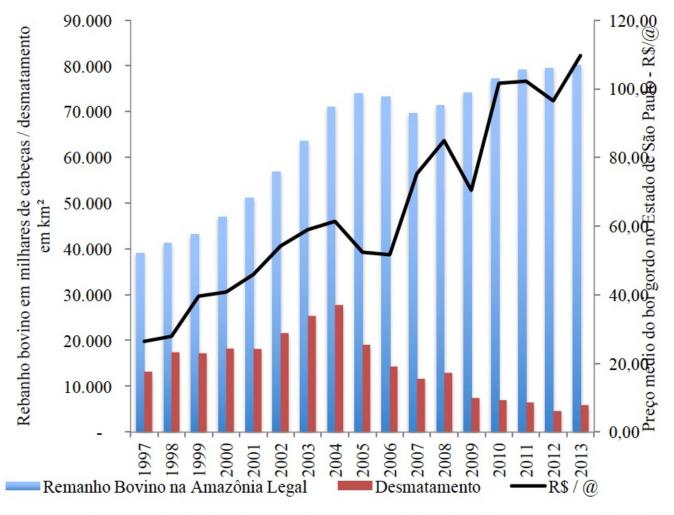
Figura 11 – Análise comparada da evolução anual da área de soja plantada e do desmatamento na Amazônia Legal e a evolução anual médio do preço da saca de soja



Fontes: IBGE (2014); Inpe (2014); CEPEA/ESALQ (2014). Elaborada pelo autor.

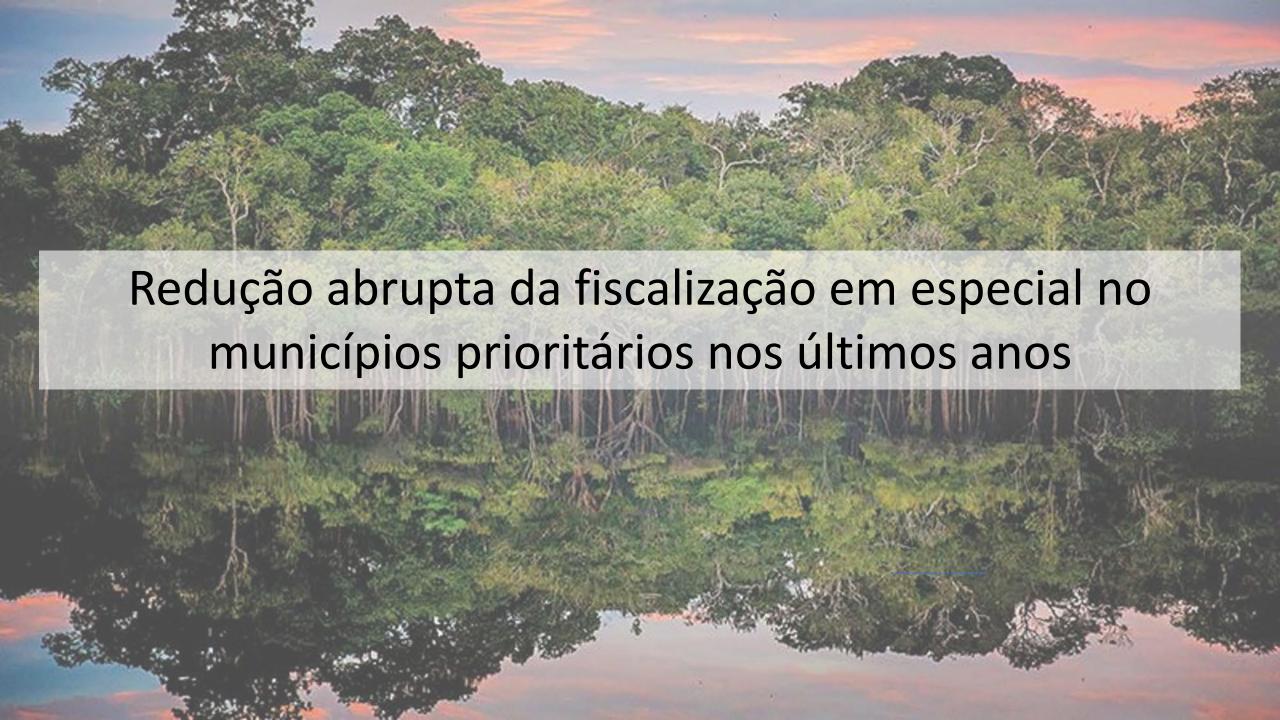
Redução do desmatamento com crescimento econômicoç

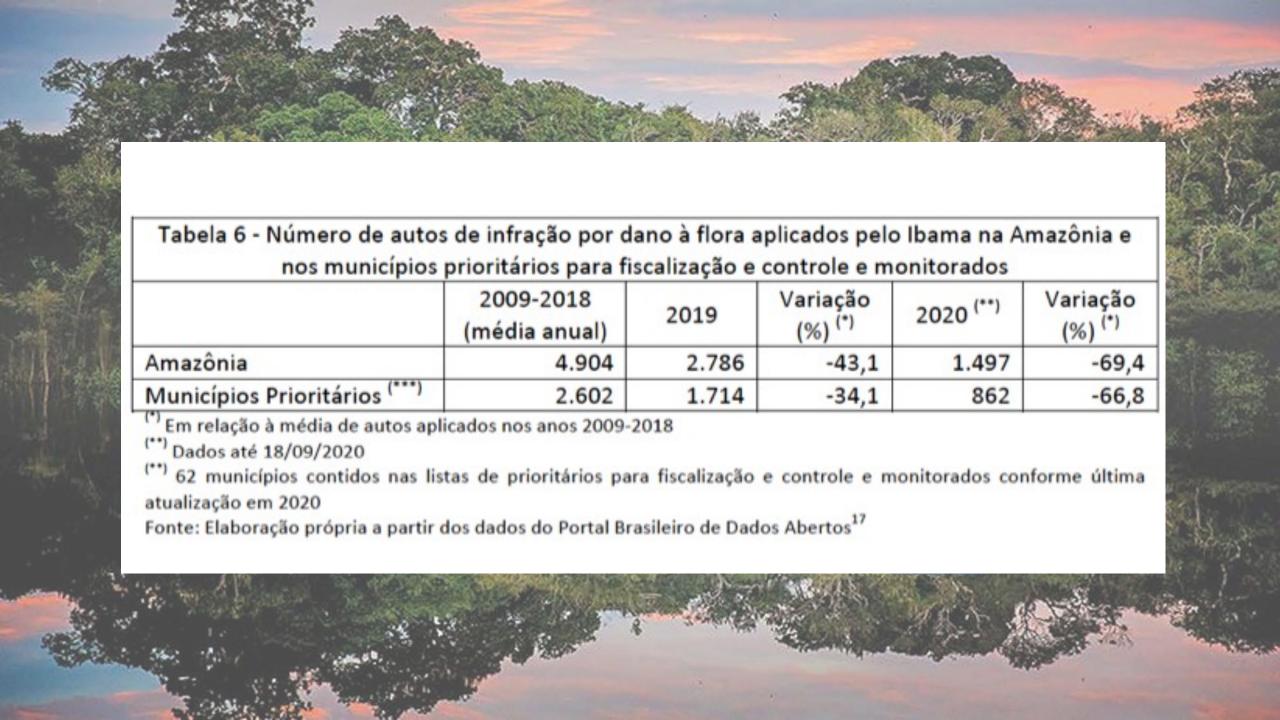
Figura 14 – Análise comparada da evolução anual do rebanho bovino (em milhares de cabeças) e do desmatamento na Amazônia Legal (em km²) e a evolução anual média do preço do boi gordo em São Paulo (R\$/@ – mês de dezembro)



Fontes: Elaborada pelo autor a partir de dados do IBGE (20140 Inpe (2014) e CEPEA/ESALQ (2015).

Redução do desmatamento com crescimento econômico

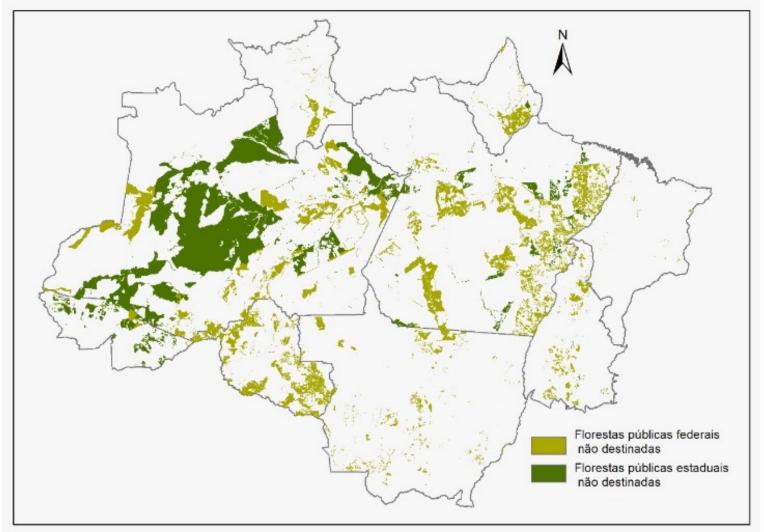




Localização de florestas públicas não destinadas e de CAR

Quase 30% da área foi registrada ilegalmente como imóvel rural, de particulares, no Sistema Nacional de Cadastros Ambientais Rurais.

Passe o mouse sobre a imagem



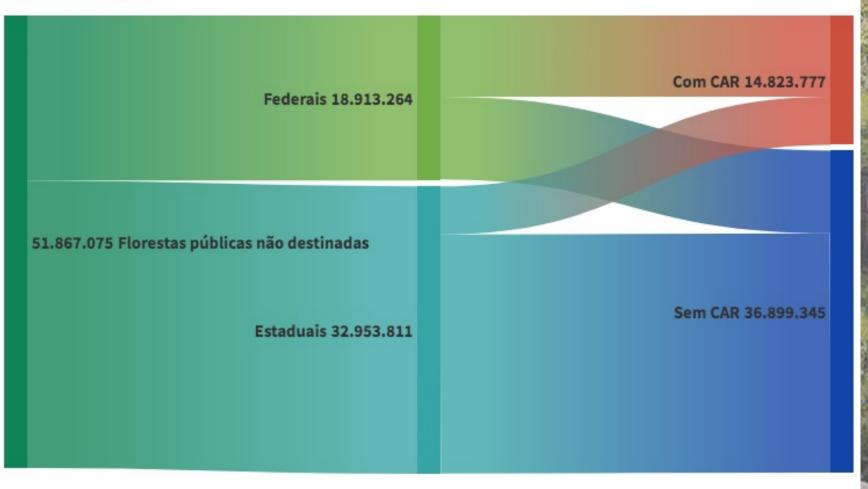


Tamanho da grilagem

Quase 30% das florestas públicas não destinadas são cobertas por Cadastros Ambientais Rurais ilegais



Área, em hectares



Invasão de florestas públicas com expectativa de regularização

Source: Fonte dos dados: SFB (FPND, 2019; CAR, 2020)



Grupo, que reúne mais de 280 representantes de agronegócio, ambiente, finanças e academia, enviou uma carta ao governo do presidente Jair Bolsonaro. Leia o documento

- Ação #1: Retomada e intensificação da fiscalização, com rápida e exemplar responsabilização pelos ilícitos ambientais identificados.
- Ação #2: Finalizar implementação Cadastro Ambiental Rural (CAR) e suspender registros que incidem sobre florestas públicas promovendo responsabilização por eventuais desmatamentos ilegais.
- Ação #3: Destinação de 10 milhões de hectares à proteção e uso sustentável.
- Ação #4: Concessão de financiamentos sob critérios socioambientais.
- Ação #5: Total transparência e eficiência às autorizações de supressão da vegetação.
- Ação #6: Suspensão de todos os processos de regularização fundiária de imóveis com desmatamento após julho de 2008.





ANÁLISE DAS
AÇÕES DO
GOVERNO FEDERAL
EM RELAÇÃO
AOS ALERTAS DE
DESMATAMENTO

VERSÃO DO RELATÓRIO: DEZ 2021

Os dados e informações obtidos junto aos órgãos federais com base na Lei de Acesso à Informação:

Embargos e autuações ambientais realizadas pelo Ibama até abril de 2021 atingiram 2% dos polígonos de desmatamento e 5% da área total desmatada identificada entre 2019 e 2021.

Fluxograma de ações necessárias para a realização de autuações/ embargos remotos em escala para maior efetividade e eficiência no combate ao desmatamento.

